

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Município de Celorico da Beira**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de ativo líquido de 49.246.522,91 € e um total de fundos próprios de 12.660.043,84 €, incluindo um resultado líquido de 497.914,84 €), a Demonstração dos resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 9.633.067,02 € de despesa paga e um total de 9.834.818,96 € de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 7. abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7. A análise da informação proveniente do Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial (SIC) e dos mapas de suporte das amortizações permitiu identificar um número muito significativo de bens não valorizados e/ou não amortizados. Como tal, não é possível aferir sobre as asserções totalidade e valorização, pelo que não nos podemos pronunciar e não pronunciamos sobre os efeitos destas situações nos ativos, fundos próprios e resultados do exercício.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7., as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Celorico da Beira**, em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

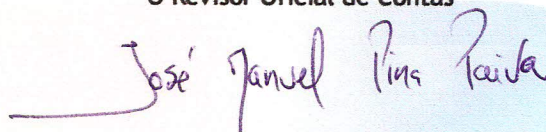
ÊNFASES

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

- 9.1. Conforme referido na nota 8.2.2 do Anexo às Demonstrações Financeiras, tendo por base o n.º 3 do artigo 110º da Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, e a avaliação patrimonial de alguns imóveis levada a efeito pela Autoridade Tributária e Aduaneira, os serviços de Património do Município procederam ao registo por acréscimo, no montante de 3.600.335,83 €, do imobilizado corpóreo e nos fundos patrimoniais.
- 9.2. Tal como referido na nota 8.2.25 do Anexo às Demonstrações Financeiras, o Município apresenta dívida em mora à “ADSE” no montante de 734.901,81 € em resultado do custo com despesas de saúde dos seus funcionários e a reembolsar àquele subsistema.

Viseu, 22 de abril de 2014

O Revisor Oficial de Contas



Fonseca & Paiva, SROC, Lda., n.º 282,
Representada por José Manuel Pina Paiva, ROC n.º 1539